



PROCESSO : 2020 41000 000021
UNIDADE GESTORA : 101100 - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2019
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 062/2020/PCA/CGE
SGD Nº 2020 09049 001322

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual do **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES**, vinculado à **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS**, nos termos do inciso XII do artigo 3º, da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 10 da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolado na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2020, dentro do prazo que determina o inciso II, art. 4º do Decreto Estadual nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade do contador **Pedro Augusto Rodrigues Vasconcelos**.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 004787/O, conforme certidão, às fls. 28.



2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis às fls. 57 a 103, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2019, determinou como crédito inicial, bem como valor autorizado para o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social o montante de R\$ 19.013.730,00 (dezenove milhões, treze mil, setecentos e trinta reais), para o exercício de 2019, conforme demonstrado no Anexo 11- Por Fonte, às fls. 61.

2.2.1.1 Receita Realizada

Houve no exercício de 2019, realização da receita no valor de R\$ 2.448.546,45 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) referente a remuneração de depósitos bancários, retorno de operações, juros e encargos financeiros, amortização de empréstimos contratuais.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível baixo de arrecadação com percentual médio de 12,87%, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 100, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	373.668,00	152.407,24	40,78
Receitas de Capital	18.640.062,00	2.296.139,21	12,31
TOTAL	19.013.730,00	2.448.546,45	12,87

FONTE: SiafeTO anexo 10 sem Fonte por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
240 – Recursos Próprios	19.013.730,00	2.448.546,45	12,87
TOTAL	19.013.730,00	2.448.546,45	12,87

FONTE: SiafeTO anexo 10 por UG (Fonte)

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível insuficiente de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 0,04%, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 102, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	373.668,00	7.886,01	2,11
Despesas de capital	18.640.062,00	0,00	0,00
TOTAL	19.013.730,00	7.886,01	0,04

FONTE: SiafeTO - anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
240 – Recursos Próprios	19.013.730,00	7.886,01	0,04
TOTAL	19.013.730,00	7.886,01	0,04

FONTE: SiafeTO- Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Como se observa no Comparativo das Despesas, Orçada, Autorizada e Realizada - Anexo 2, não houve execução de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) no período em análise.

2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como o valor autorizado, foi de R\$ 19.013.730,00 (dezenove milhões, treze mil, setecentos e trinta reais), não havendo abertura de créditos adicionais suplementares no exercício em análise.

2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 65 e 66, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta superávit no valor de R\$ 2.440.660,44 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos). Considerando o saldo das Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária no montante de R\$ 6.208.786,44 (seis milhões, duzentos e oito mil, setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) o resultado gerou um déficit efetivo de R\$ 3.768.126,00 (três milhões, setecentos e sessenta e oito mil, cento e vinte e seis



reais), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 101, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizadas	2.448.546,45
Despesas Executadas	7.886,01
Superávit	2.440.660,44
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	0,00
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	6.208.786,44
Resultado das Transferências	- 6.208.786,44
Superávit	2.440.660,44
Déficit Efetivo	-3.768.126,00

2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 2.448.546,45 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 7.097,49 (sete mil, noventa e sete reais e quarenta e nove centavos), os recebimentos extra orçamentários no valor de R\$ 523.707,93 (quinhentos e vinte e três mil, setecentos e sete reais e noventa e três centavos) e ao saldo do exercício anterior no valor de R\$ 5.991.822,30 (cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e trinta centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 7.886,01 (sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e um centavo), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 6.215.883,93 (seis milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos), restando saldo de R\$ 2.447.173,79 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e três reais e setenta e nove centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 69 a 72.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas



representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 74 e 75, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante no montante de R\$ 5.968.062,75 (cinco milhões, novecentos e sessenta e oito mil, sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

II) O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo créditos a longo prazo (empréstimos concedidos a receber) e imobilizado no montante de R\$ 68.580.315,05 (sessenta e oito milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e quinze reais e cinco centavos) com o Passivo Não Circulante no valor de R\$ 243.530,74 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta reais e setenta e quatro centavos) representado pelo adiantamento de clientes a longo prazo (encargos recebidos a apropriar), demonstra que o valor dos compromissos de longo prazo é de baixo valor, tendo sido emitida Nota Explicativa às fls. 102.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de R\$ 2.440.712,48 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil, setecentos e doze reais e quarenta e oito centavos) obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 3.164.500,77 (três milhões, cento e sessenta e quatro mil e quinhentos reais e setenta e sete centavos) com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 723.788,29 (setecentos e vinte e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos) conforme às fls. 76.

IV) Por se tratar de Fundo Especial, os bens adquiridos deverão ser incorporados na Unidade Gestora na qual está vinculado, conforme Declaração às fls. 104, no entanto, existe saldo de bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, segundo Balanço Patrimonial, às fls. 74, no valor total de R\$ 1.134.780,07 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e sete centavos), evidenciando possível contabilização incorreta desse imobilizado, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 101 e 102.

V) Não consta registro de saldo na conta contábil “Estoques”, às fls. 74, onde a unidade orçamentária utiliza a logística de materiais da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social que gerencia o fundo, conforme declaração às fls. 104.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 74, composto pelo Banco Conta Movimento, Poupança, Limite de Saque Bloqueado disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, registra saldo no valor total de R\$ 2.422.537,64 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos) que confere com o Balancete, às fls. 91, e com os extratos destas, conforme discriminação abaixo:



R\$ 1.837.153,04 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e quatro centavos) nas contas bancárias específicas;

R\$ 5.726,39 (cinco mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos) na poupança;

R\$ 579.658,21 (quinhentos e setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos) limite de saque com vinculação de pagamento;

VII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 75, totalizam um saldo de R\$ 1.309.231,30 (um milhão, trezentos e nove mil, duzentos e trinta e um reais e trinta centavos) correspondentes a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

VIII) O saldo inicial da conta “Passivo Não Circulante”, às fls. 75, registra o valor de R\$ 243.530,74 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta reais e setenta e quatro centavos), referente a demais obrigações a longo prazo (encargos recebidos a apropriar – empréstimos concedidos), demonstrando não houve movimentação no exercício em análise.

2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanente, às fls. 76, um saldo no exercício atual de R\$ 828.973,75 (oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos) no Passivo Permanente, referente a passivos reconhecidos com atributo “p” e encargos recebidos a apropriar - empréstimos concedidos, elevando a despesa executada de R\$ 7.886,01 (sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e um centavo) para R\$ 836.859,76 (oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), incluindo esses passivos no exercício, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 102.

No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 828.973,75 (oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos) e fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que não houve alteração desses passivos.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 179.085,82 (cento e setenta e nove mil, oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 6.242.911,64 (seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e onze reais e sessenta e quatro centavos) demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 6.063.825,82 (seis milhões, sessenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), conforme demonstrado às fls. 80 e 81, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 100.



2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 2.447.173,79 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e três reais e setenta e nove centavos).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 3.544.648,51 (três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos) proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de 5.840.787,72 (cinco milhões, oitocentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), das atividades de investimentos no valor de R\$ 2.296.139,21 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, cento e trinta e nove reais e vinte e um centavos) que somado ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 5.991.822,30 (cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e trinta centavos) resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final no valor de R\$ 2.447.173,79 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e três reais e setenta e nove centavos), às fls. 86.

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 7.886,01 (sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e um centavo), referente a restos a pagar processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 69.

b) Não há inscrição de despesas em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, bem como, restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, conforme demonstrado às fls. 67 e 68.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 29 a 44, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, com contribuição do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, foram desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.433/2019, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.434/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das ações orçamentárias previstas no Plano Plurianual, conforme demonstrado a seguir:

3.1 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SiafeTO, detalhadas no quadro abaixo, durante o exercício de 2019, houveram 02 (duas) ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1162 – Trabalho e Mercado, as quais representaram um orçamento autorizado de R\$ 19.013.730,00 (dezenove milhões e treze mil e setecentos e trinta reais), às fls. 39 a 40.

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Metas Físicas			
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Previsão	Realizado	Execução (%)
Programa 1162– Trabalho e Mercado											
4023	4.912.100,00	0,00	4.912.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Crédito Orientado concedido	550	0	0,00
4024	14.101.630,00	0,00	14.101.630,00	7.886,01	7.886,01	0,05	0,05	Empréstimo concedido	1.080	0	0,00
Total	19.013.730,00	0,00	19.013.730,00	7.886,01	7.886,01	0,04	0,04				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Depreende-se da análise que o do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, apresentou, de forma geral, um insuficiente desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 0,04% dos recursos autorizados.

c) A ação 4023, foi definida como prioritária de acordo com o Anexo IV da Lei nº 3.433, de 2 de abril de 2019, no entanto não houve execução física tampouco financeira, tendo sido apresentado esclarecimentos pelo responsável da ação no demonstrativo às fls. 39, ficando evidente a não priorização da referida ação pela Entidade conforme estabelecido em Lei.

d) Quanto a ação 4024, evidencia desempenho orçamentário e financeiro de 0,04%, não apresentando execução da meta física planejada para o exercício de 2019, tendo sido apresentado esclarecimentos pelo responsável da ação no demonstrativo às fls.40.

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social não houve recebimento de recursos de convênio da União, conforme demonstrado no anexo 10, às fls. 60, assim como não houve recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, às fls. 58.



5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, e os seus Fundos vinculados**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa CGE nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria, foram analisados 05 (cinco) processos, sendo 02 (dois) concernentes à adesão em ata de registro de preços, 02 (dois) de inexigibilidade de licitação e 01 (um) referente à execução do contrato, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

6. AUDITORIAS E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 foi realizada 01 (uma) auditoria de regularidade no Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, tendo sido encaminhado a esta Corte de Contas a íntegra do processo de auditoria, conforme protocolo abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria de Regularidade	Banco do Empreendedor / Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - Vinculado à SETAS	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.	Portaria CGPT Nº 90/2018/GABSEC, de 17 de outubro de 2018, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito do Banco do Empreendedor (Diário Oficial do Estado nº 5.221, de 19 de outubro de 2018). Protocolada no Tribunal de Contas do Estado sob o nº 13315/2019, em 17 de outubro de 2019.

7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade no Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social no exercício em análise, conforme informado às fls. 407.



8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, não possui quadro de servidores, conforme Declaração às fls. 404.

b) Infere-se ainda que os servidores responsáveis pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pelo Gerente de Gestão de Pessoas às fls. 406.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **José Messias Alves de Araújo, Tiago da Silva Costa e outros** relacionados neste processo, às fls. 07 a 08, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.1, 2.2.1.2, 2.2.1.5, 2.2.3 alínea “b” IV, 2.2.3.1, 2.2.4 e 3.1 alíneas “b”, “c” e “d”** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente

Maria Creusa Barros de Melo Prehl
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Wallysson Queiroz Martins
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Grace Mirian de Oliveira
Analista/Economista

Assinado eletronicamente

Valterly Silva Passos
Gerente de Auditoria em Políticas
Sociais e Segurança Pública

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.

Em 26/02/2020.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente